

Brasil

*Dívida Pública***Contas públicas** Maior parte das dívidas antigas pertencem ao FCVS, diz secretário

Tesouro vai assumir 'esqueletos' de até R\$ 5,7 bilhões neste ano

Ricardo Allan
De Brasília

O governo vai assumir, até o final do ano, entre R\$ 4,7 bilhões e R\$ 5,7 bilhões de dívidas antigas não-reconhecidas, os chamados "esqueletos". Desse total, R\$ 4 bilhões dizem respeito a passivos do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que absorveu os subsídios dados aos mutuários na compra da casa própria. O volume de esqueletos a ser reconhecido em 2001 chegará a R\$ 13,3 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões do fundo.

"Esses passivos já estão embutidos no cálculo dos limites de endividamento do setor público e na trajetória da relação entre a dívida e o PIB", disse o secretário-adjunto do Tesouro, Eduardo Guardia. Segundo ele, o impacto no aumento da dívida total não será significativo. A estimativa do governo é que a dívida pública chegue a 48% do PIB no final do ano e feche 2001 em 46,5%.

O volume total de esqueletos a ser reconhecido neste ano pode chegar a quase R\$ 6 bilhões. Até julho, o Tesouro assumiu apenas R\$ 280 milhões de dívidas do FCVS. Segundo o coordenador de Assunção e Reestruturação de Passivos, Antonio Luiz Bronzeado, a prioridade para este ano são as contas do fundo. "Neste ano, reconheceremos só débitos do FCVS", disse. O montante de passivos a ser assumido é significativo se comparado com os cerca de R\$ 3 bilhões de 1999, dos quais R\$ 200 milhões eram do fundo.

Ao longo dos últimos meses do ano, o Tesouro irá assumir paulatinamente as dívidas. Hoje, cerca de R\$ 800 milhões do FCVS estão em exame final pelo Tesouro e devem ser incorporados à dívida no mês que vem. Na operação, o Tesouro emite um título específico em favor dos agentes financeiros credores do fundo. Os papéis são corrigidos pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 3,12% ao ano se o empréstimo ao mutuário foi feito com recursos dos FGTS ou 6,17% se com recursos próprios. Os títulos têm prazo de resgate em 30 anos e carência de oito anos para o pagamento de juros.

Para conhecer o tamanho do problema, o Tesouro fez uma auditoria nas contas do FCVS. O buraco provocado pelos 2,97 milhões de contratos habitacionais é de R\$ 55,05 bilhões em valores de 31 de dezembro. Esse número é o resultado final de um passivo de R\$ 58,45 bilhões e de um ativo de R\$ 3,4 bilhões. A dívida com os 1,46 milhão de contratos já encerrados é de R\$ 30,59 bilhões. Desse volume, a Caixa Econômica Federal, que administra o fundo, analisou apenas R\$ 18,46 bilhões. Essa avaliação é um dos primeiros passos para o reconhecimento da dívida.

"Ao longo dos próximos anos, vamos assumir com transparência todo o débito passado sem prejudicar a trajetória esperada para a queda no endividamento em relação ao PIB", afirmou Guardia. Dos contratos já encaminhados pelos agentes finan-



Eduardo Guardia: "Passivos já estão embutidos no cálculo dos limites de endividamento do setor público"

ceiros, a CEF ainda tem que verificar um valor total de R\$ 11,37 bilhões — os termos dos financiamentos que somam R\$ 983 milhões ainda não foram remetidos pelos bancos. Do volume total, o governo vai abater R\$ 233,9 milhões de adiantamentos concedidos, em 1989, aos bancos que operaram com o fundo.

A auditoria mostrou que a dívida líquida com os contratos que ainda não foram quitados pelos mutuários chega a R\$ 27,86 bilhões — são 1,51 milhão de

contratos nessa situação. Do valor bruto de R\$ 28,31 bilhões, devem ser abatidas taxas de contribuição ao fundo feitas pelos bancos, de R\$ 1,3 bilhão. No cálculo global, ainda precisam ser computadas as provisões de R\$ 650,2 milhões feitas pela administração do fundo para pagamento de despesas administrativas e de R\$ 188,76 milhões para pagamento de eventuais ocorrências cobertas pelo seguro habitacional.

Desde 1996, já foram assumidos R\$ 6,73 bilhões em dívidas

do fundo. Existem outros esqueletos menores, como dívidas antigas de estatais vendidas e de órgãos, autarquias e fundações extintas. Estão nessa categoria também o passivo do fundo de pensão do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH) e as dívidas dos ex-territórios (Rondônia, Roraima e Amapá). Segundo Guardia, ainda não foram computados os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal de reajustar o saldo do FGTS, que pode gerar gastos de R\$ 38 bilhões.

ROBERTO JAYME/VALOR